

O SERTÃO E A ESPACIALIDADE EDÊNICA

The concept of sertão and the edenic spatiality

El sertão y la espacialidad edenica



Gilvan Charles Cerqueira de ARAÚJO – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8439116307383334> EMAIL: gcca99@gmail.com

RESUMO

O conceito de sertão é um dos mais vastos, móveis e complexos da historiografia cultural brasileira em geral, e da ciência geográfica em particular. Neste artigo há uma proposta de apresentação de algumas destas questões histórico-geográficas e epistemológicas envolvendo este conceito. O texto está estruturado em dois momentos, primeiro há uma breve retomada dos pontos históricos que envolvem a ideia de sertão, especialmente a economia política da exploração territorial americana, para depois enquadrá-lo no panorama geográfico de estudos sobre a ideia de sertão como o indefinível e desconhecido geográfico, encontrando grande recepção cultural e teórica na formação territorial brasileira e na constituição das bases simbólicas de nossa sociedade.

Palavras-chave: Sertão. Espacialidade. Edenismo. Pensamento Geográfico.

ABSTRACT

The concept of sertão is one of the most extensive and complex from brazilian cultural history and geographical science in particular. In this paper, there is a proposal to present some of these historical and epistemological issues involving this concept. The essay is structured in two steps, first there is a brief review of the historical points that involve the idea of *sertão*, especially the political economy of the American territorial exploration, later to fit it in the geographic fields of studies because it is a concept of extreme thematic mobility, the *sertão* stands as a broad field of theoretical improvement, both geography and other areas of knowledge in which it is located or applied in this singular mobile conceptual condition.

Keywords: Sertão. Spatiality. Edenism. Geographical thought.

Histórico do artigo:

Recebido 26 julho, 2018

Aceito: 30 outubro, 2018

Publicado: 29 dezembro, 2018

RESUMEN

La idea de sertão es uno de los más vastos, móviles y complejos de la historiografía cultural brasileña en general, y de la ciencia geográfica en particular. En este artículo hay una propuesta de presentación de algunas de estas cuestiones temporales, geográficas y epistemológicas que involucran este concepto. El texto tiene en su estructura dos momentos, primero hay una corta reanudación de los puntos históricos que envuelven la idea de sertão, en especial la economía política de la explotación territorial americana, para luego encuadrarlo en el panorama geográfico del estudio acerca de la idea de sertão mientras el indefinible y desconocido geográfico, con gran recepción cultural y teórica en la formación territorial brasileña y en la constitución de los fundamentos simbólicos de nuestra sociedad.

Palabras clave: Sertão. Espacialidad. Ednismo. Pensamiento Geográfico.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma versão revista e ampliada de uma repartição da tese *Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro* defendida em 2016 no curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Unesp campus de Rio Claro\SP. A temática principal do texto está centrada na reflexão sobre o conceito de sertão e, mais especificamente, como esta conceituação entremeou-se pelas circunstâncias históricas e geográficas do período colonial e imperial brasileiro.

Uma das maiores dificuldades quando se trata da ideia de sertão é o fato do mesmo ser um conceito *movente*, ou seja, ele não se encaixa nos parâmetros de delimitação e reflexão no espaço geográfico, sejam eles progressistas, civilizacionistas (comum nos períodos anteriores à era republicana brasileira, por exemplo), histórico-dialéticos, e as mais recentes contribuições georeferenciais de planejamento e geometrização espacial.

Esta característica *móvel* do conceito de sertão fez com o que o mesmo despertasse um interesse particular dos estudos geográficos, já que ele não é o objetivo final dos estudos, mas sim o meio a ser perpassado pelas teorias, aplicações metodológicas, amplitude identitária, e as tentativas de intervenções político-econômicas.

Nas próximas páginas tentar-se-á trazer algumas destas questões sobre o sertão, de modo a contribuir com seu uso teórico e metodológico em diferentes estudos, tanto geográficos como em outras áreas do saber nas quais o mesmo possa ser explorado. Começa-se nos mitos fundacionais do território brasileiro, para se chegar a algumas das ideias contemporâneas de sertão, por meio de uma revisão teórica com autores de

diferentes áreas, objetivando um diálogo entre reflexões, propostas de definição e compreensão da espessura temática do conceito de sertão.

2 TERRITÓRIOS DESCONHECIDOS DO PARAÍSO TERREAL

A economia política dos descobrimentos, aliada ao realismo mágico das riquezas do Éden aqui encontradas, e as justificativas religiosas para sua exploração, alteraram de forma significativa a relação tida no primeiro momento do seu encontro terreal com o segundo passo, o da extração de suas riquezas de fato. Passa-se do deslumbramento para o controle, o encantamento dá lugar ao domínio, erigindo todo um projeto de colonização do que viria a se tornar os limites do território nacional brasileiro.

Por esta razão, é importante sempre voltarmos aos relatos de Caminha [1500] (2012) nos quais a visão da possibilidade de exploração e aproveitamento das riquezas das terras sobressai-se por entre o edenismo e ufanía diante das belezas naturais das novas terras recém-descobertas. O encantamento inicial, formado pela ufanía edênica dos europeus com toda a extensão das terras do Novo Mundo emerge nestes documentos, relatos, cartas e descrições de como os colonizadores visualizavam as Américas:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 2012, p. 10-11).

E, também, com o simbolismo edênico e a intencionalidade de exploração territorial, havia toda uma estrutura de sustentação desta investida de exploração do território americano, em conjunto com um arranjo histórico, concomitante ao substrato técnico-racional e econômico que viabilizaram a expansão marítima, principalmente do ponto de vista mercantil.

O viés religioso, cultural e de vislumbramento com o novo, a terra fantástica existia de fato e estas características não apenas faziam parte como contribuíram para fundamentar a empreitada colonial. No entanto, o imperativo da fase colonialista europeia foi a exploração do território e dos povos lá viventes, a potência do cânone cristão serviu como principal muleta ideológica para o alcance destes fins durante séculos:

O fato é que se consumou em plena cultura moderna a *explicação* do escravismo como resultado de uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana. A referência a sina de Cam circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islão. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua punição como o evento fundador de uma situação imutável. (BOSI, 1992, p. 258)

Era preciso aumentar o poder naquele espaço (re)territorializado com base nos interesses simbólicos sim, mas calcado em toda uma gama de interesses econômicos sobre a terra, garantindo o seu controle, a expansão do domínio em suas fronteiras. Como exemplo, a esta preocupação com a extensão do território e seu controle, há um trecho de uma carta de Francisco Pizarro, relatando ao rei o andamento das explorações de ouro e prata nos arredores das hoje ruínas de Pachacamac, Peru:

En la costa de la mar del sur en la provincia de ssanta he poblado en nombre de vuestra magestad la villa de trugillo en parte que sera uno de los frescos y onrrados y provechosos y bien poblado y proveído de las cossas necesarias para la poblacion y sustentación del que ay poblado en esta tierra porque tiene buen puerto cerca del y esta en comarca que ay muy rricas minas de oro y en parte que pueden servir en el los yndios de la sierra y los de los llanos sin trabajo plega a nuestro señor se aya fecho en tan buena ora que rreciba desta villa vuestramagestad el servigio que yo deseo y a la provincia de puerto viejo he enbiado un capitán para que en nombre de vuestra magestad funde en ella una villa porque es buena tierra. (PIZARRO, [1535] 2013, p. 80).

Dentre outros assuntos o navegador reitera a necessidade de maior extensão na governabilidade, poder sobre as terras e extração das riquezas das feitorias reais. E estes pedidos para o aumento do controle territorial estão diretamente ligada a ideia de “sertão”, já presente nas épocas coloniais e imperais na América. Em outros termos, preservar o

poder sobre as extensas fronteiras coloniais era uma maneira de garantir o efetivo domínio para sua ocupação, controle e exploração econômica.

E, se compararmos com a carta de Caminha já apresentada, observa-se já a diferenciação na maneira de se encarar o potencial econômico dos recursos existentes nas colônias, situação que só iria ocorrer no Brasil, de maneira estruturada, a partir do final do século XVI, com os primeiros engenhos na porção litorânea da América lusitana.

Do mesmo modo, no que tange ao aperfeiçoamento dos limites territoriais das áreas coloniais, na porção portuguesa havia uma preocupação em registrar-se os avanços geográficos, aumentar a precisão dos limites entre capitânicas, fronteiras e territórios ocupados: “Além disso os pilotos portugueses foram pródigos em fornecer, em seus relatos dos descobrimentos, descrições das constelações celestes; medindo e registrando, nas cartas que enviavam ao Rei, a latitude das regiões percorridas e alcançadas.” (BICALHO, 1999, p. 75).

Estas ações realizadas em alto-mar foram postas em prática também em terra, principalmente depois da descoberta do ouro na porção central da colônia, motivando uma reorganização dos registros cartográficos até então estabelecidos. Bicalho (1999) observa ainda o grande grau de intervenção direta do governo português no contexto da colonização, desde as nomeações dos capitães donatários, perpassando pelas negociações das feitorias realizadas em sua grande colônia americana até no recorte especial do território quando neste foram encontrados ouro e diamante em sua porção central.

Percebe-se, portanto, que a fase de maior contemplação das riquezas e recursos naturais durou poucos decênios. Este período se mostra ainda mais restrito historicamente quando lembramos que mesmo nos primeiros documentos oficiais tanto da coroa portuguesa como espanhola já havia sinais do que poderia ser aproveitado comercialmente nas Américas, especialmente, nesta época específica, no que tangia a existência de metais preciosos, independente da esteira cultural e simbólica temporal vinculada ao discurso religioso nas viagens e missões destinadas ao novo continente recém-descoberto.

Estas ações exploratórias eram muito diferentes das adotadas nas colônias asiáticas, devido à incomparável quantidade de riquezas, terras e potencialidades existentes no Brasil colonial: “No Brasil, por ordem régia, os engenhos são concebidos como uma Estrutura ambivalente, sendo ao mesmo tempo unidades de produção e Unidades fortificadas de ocupação territorial” (ALENCASTRO, 1998, p. 199). E seguindo

esta linha de raciocínio Bicalho (1999) acrescenta sobre a importância econômica e estratégica do ponto de vista geopolítico do Brasil para Portugal que:

Considerava aquela Colônia a "mais preciosa e necessária" das muitas possessões portuguesas na América. Isto porque "do Rio Grande e seu sertão, cuja povoação não seria de menos glória para Deus, que de crédito, conveniência e aumento dos domínios de V. Majestade nesta América, principalmente quando se pode temer que, desamparada pela barra e aberto os dois caminhos, que se abriram agora nela, tenha a Espanha e os padres das Missões uma porta para se introduzirem nos nossos sertões e Minas; além do que fortificando aquele rio, terá esta Praça mais prontos, e mais à mão os subsídios; e crescerá, com a comunicação, o comércio, e com a extração dos frutos, os negócios e as alfândegas (BICALHO, 1999, p. 82).

Estes dois conceitos, sertões e fronteiras, integram-se entre si para a formação da complexidade territorial na ocupação das Américas, pois fizeram parte do argumento matriz do princípio de territorialização ao longo de toda a ocupação dos países americanos (CASTRO, 1997; 2005). Havia missões religiosas, as longas caminhadas para os interiores em busca de ouro e prata, a exemplo dos bandeirantes e pioneiros, e também confrontos entre colonizadores e povos nativos que eram encontrados conforme o território se expandia para o interior do continente:

A fronteira entre os territórios dos países ibéricos na América era pois, à época da missão dos padres matemáticos, ainda uma raia fluida, condicionada à progressiva ocupação do espaço. Do tratado de Tordesilhas ao de Madri, apenas uma linha virtual- e constantemente desrespeitada - norteava a priori a definição dos limites entre as possessões portuguesas e hispânicas. Mais do que a concretude da ocupação do espaço que levasse à negociação da soberania territorial, os vastos sertões americanos não eram mais do que uma grande e indefinida fronteira (BICALHO, 1999, p. 80).

De opinião semelhante a apresentada por Bicalho (1999) está a contribuição de Rêgo (2006), no que diz respeito a amplitude do conceito de sertão. Para o segundo autor, especificamente, há a questão da exploração territorial, do que poderia ser transposto às diretrizes da intervenção econômica da época, sobressaem-se como mote norteador da ideia de sertão nas campanhas de exploração empreendidas pelos colonizadores europeus:

Dos dois lados do Atlântico, os caminhos do sertão, fossem eles terrestres ou fluviais, eram buscados e percorridos por homens que se pautavam por essa geografia imaginária, a qual cada vez mais dava passo a um maior conhecimento empírico do terreno. Nesse processo não faltava a visão estratégica, como no caso do "caminho do Brasil", em terras americanas, e no "caminho da costa à contracosta", em terras de África. O mote e a razão

principal, entretanto, eram a busca de riquezas, ou a garantia da sobrevivência. Foi assim que se foi conformando, aos poucos, a expansão territorial e a conquista dos sertões, com sucesso muito maior na América do que na África Portuguesa, em um contexto de interdependência entre a iniciativa oficial e a privada (RÊGO, 2006, p. 49).

Estes territórios dos países ibéricos mencionados pelos autores possuem relação direta com os *campos neutrais* que eram as áreas das fronteiras, ainda em definição no continente americano, entre os impérios espanhol e lusitano. Estas campanhas, tratados e incursões exploratórias visavam, de alguma maneira, delimitar as fronteiras destes territórios, demarcando-os, estabelecendo rotas comerciais, fundando cidades e entrepostos comerciais.

3 O SERTÃO E SEUS SERTÕES

Os sertões figuram, portanto, como uma imensa reserva de valor, a qual deve-se lutar para a garantia do prodigioso interesse econômico de busca por riquezas, cuja existência já era sabida ou que ainda poderiam fazer parte do conjunto de produtos a serem explorados. E o elemento do que é, ou era, desconhecido, estará presente na definição e essência do conceito, no que pese a valoração de exploração econômica presente, de igual modo, na ideia de sertão. Antonio Filho (2011) dirá que apesar do uso atual do conceito de sertão estar mais próximo da regionalidade e características paisagísticas do semiárido sua origem remonta ao um período muito anterior, remetendo às terras para além do litoral, muitas ainda a serem exploradas:

Ainda que originalmente o termo “sertão” possa ter designado ‘terras situadas no interior dos continentes’ e que apresentam aspectos de semiaridez, observa-se o uso daquela palavra sem a obrigatoriedade desta característica biogeográfica, mesmo no período inicial das grandes navegações e ‘descobertas’ dos lusos, nos Séculos XIII e XIV. Já, naquele tempo, o termo “sertão” tanto servia para designar uma ‘região’, uma ‘área’ indefinida, um ‘lugar’ ou um ‘território’ qualquer, localizado longe do litoral, no interior ainda despovoado (entenda-se colonizado) ou mesmo desconhecido, não importando se ali houvesse ou não um deserto ou uma paisagem semiárida. Parece que esta última conotação é que se firmou como significado de “sertão”, consagrada pelos usos e costumes, desde a época colonial até nossos dias, isto é, com o significado de ‘terras no interior do continente’, e que não eram, necessariamente, semiáridas ou áridas, mas sim despovoadas (ANTONIO FILHO, 2011, p. 84).

A dificuldade de definição do termo persegue a inquirição de diferentes geógrafos, como se pode observar, que se preocuparam em delimitar o seu alcance conceitual e prático, de modo a, inclusive, encontrar a sua fonte de significação no âmbito histórico e geográfico brasileiro. Por esta razão, para Moraes (2003) os sertões, ou sertão, não está localizado no âmago material de existência, mas sim num extrato simbólico das terras ermas, distantes, inexploradas e passíveis de domínio, conquista e controle, o que de fato ocorreu com o território brasileiro durante muitos séculos:

Não se trata de um resultado de processos da natureza na modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um ecossistema, um bioma, ou um compartimento geomorfológico), e nem do resultado de processos sociais na criação de um espaço produzido pela sociedade (como uma plantação, uma vila ou uma cidade). Assim, o sertão não se habilita como uma figura do universo empírico da geografia tradicional, apesar de – em grande parte – a história dessa disciplina revelar como um dos seus objetivos constantes a prática de seu levantamento e explicação. Descrever os sertões tem sido uma das metas mais praticadas pelo labor geográfico no Brasil, aparecendo mesmo como um elemento forte de legitimação desse campo disciplinar em diferentes conjunturas históricas do país (Moraes, 2002: 95-131). Desse modo, não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno (MORAES, 2003, p. 2).

E ainda sobre a ideia de sertões, estes eram os territórios sem fronteira, muitas vezes não citados ou devidamente catalogados em mapas e documentos oficiais: Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão: “Na verdade, trata-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço.” (MORAES, 2003, p. 6).

Esta diversidade geográfica em relação ao sertão, é facilmente encontrada em Abreu (1998), que faz um imenso apanhado de referências coloniais do Brasil nas quais o termo é utilizado amplamente para suscitar diversas localizações, desde que estejam no interior do território brasileiro, desde as incursões das drogas do sertões amazônicos aos sertões goianos e mineiros, explorados pelos paulistas em sua busca por ouro nos séculos XVII e XVIII. Abreu, em alguns momentos até abre espaço em sua obra *Capítulos de História Colonial* para diferenciar estes diferentes *sertões*:

Como vimos, pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaracu no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o rio

São Francisco até o sudoeste do Maranhão. Entre os sertanejos de um e outro grupo deve ter havido diferenças mais ou menos sensíveis. Talvez se venha a determiná-las um dia, quando forem divulgadas as relações dos missionários, corregedores, etc.; em todo caso as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões avultam mais entre quaisquer outros habitantes do Brasil (ABREU, 1998, p. 205).

E mais adiante, na mesma obra diferencia veementemente os sertões do norte e do sul do Brasil: “Como difere isto dos sertões nortistas, com poucos cavalos, todos bem conhecidos e estudados, e o cavalo de sela, ensinado no passo, na estrada, na baralha, no esquipado, e várias outras marchas de que há mestres habilitados, promovidos quase a parente da família!” (ABREU, 1998, p. 210). Isto reforça ainda mais o caráter diverso, múltiplo, imaterial e de diferentes representações e interpretações que o termo sertão fez em uso e idealização durante muitos séculos no território brasileiro.

Este sertão fluido mencionado por Abreu (1998) nos remete à obras de autores consagrados da literatura nacional, como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Euclides da Cunha e João Guimarães Rosa, no caso deste último em escritos como *Grande Sertão, Veredas, Sagarana e Noites do Sertão*, para mencionarmos alguns dos tantos exemplos, em contos e romances do caráter infindo dos sertões do sertão. E mesmo nestas obras e autores, a dualidade entre a terra que se apresenta difícil ao fator humano, se mostra passível de espessar-se em desenvolvimento e recebimento das práticas e ideias de empreender, em seus limites geográficos, a extração do seu potencial econômico.

No fundo, estes sertões, constituíam a maior reserva de valor espacial das colônias, pois neles mesmos, após séculos de exploração, ainda eram alimentados pelo discurso e prática da utilização mítica do edenismo em prol de seu mapeamento, descrição, colonização e retirada de riquezas. Gerava-se a partir desta ideia de sertões a continuidade da geopolítica e da economia política do domínio territorial nas colônias como ocorreu, por exemplo, na porção central do Brasil:

Com um forte conteúdo simbólico, o termo sertão representava um território ambíguo e liminar, tributário do deserto ou da floresta na tradição do Ocidente medieval. Segundo Jacques Le Goff, à medida em que tais territórios iam sendo desbravados e ocupados presenciava-se uma mutação em seus significados, que passavam de espaços prechos de alegorias e visões paradisíacas - atraentes Eldorados pela promessa de riquezas incomensuráveis - a fonte de medo e representação da barbárie-verdadeiro "deserto institucional" Aqueles sertões americanos - territórios sem fronteiras - apareciam recorrentemente. na documentação dos séculos XVII e XVIII quer como promessa de riquezas e de metais preciosos, quer como fonte de desassossego, como espaço da desordem, do vazio de autoridade.

Impunha-se, portanto, por ambos os motivos, desbravá-las, incorporá-las, colonizá-los (BICALHO, 1999, p. 83).

O Eldorado sertanejo levantado por Bicalho (1999) se apresenta com o não-ser, o lugar onde se espera encontrar o que ainda não o fora, como o caso do ouro, das pedras preciosas, e das terras de boa aventura do Éden, primeiramente direcionados às minas gerais das terras centrais brasileiras. Esta característica das terras do não-ser, do aspecto móvel e movente do sertão também é levantada por Amado (1995), Greco (2009) e Vasconcelos (2002). E por estar em todos os lugares e em lugar nenhum é que Moraes (2003) é direto ao dissertar sobre a impossibilidade de localizarmos o sertão em uma delimitação específica do espaço geográfico:

[...] não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno. O sertão não se inscreve como uma empiria, nos moldes dos enfoques indutivos tradicionais da geografia. Nesse sentido, sua discussão força um rompimento na relação direta entre conceito e realidade empírica, que domina as abordagens desse campo disciplinar, onde as conceituações referem-se a recortes tidos como efetivamente existentes na superfície da Terra. A ideia de sertão possui, portanto, um status teórico distinto das noções mais usuais de “habitat”, “ambiente”, “região” ou “território”, não se confundindo com elas. Enquanto estas teriam por referência limites e extensões materialmente aferíveis no campo, aquela recobriria situações telúricas díspares e variadas, não fornecendo fundamento para divisões objetivas do espaço terrestre. Assim, do ponto de vista clássico da geografia, pode-se considerar consistente a afirmação roseana de que “o sertão está em toda parte” (Rosa, 1988). Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração (MORAES, 2003, p. 2).

E, conforme já mencionado por Moraes (2003), o sertão em sua ideação possui uma mobilidade simbólica, já que suas fronteiras acompanham o andamento das projeções imaginárias e simbólicas da sociedade, de modo a sempre existir, mesmo que apenas no plano imaterial, o signo sertanejo e aqueles que buscarão a sua localização em meio à imensidão do território:

A relação entre sertão e colonização emerge como evidente numa outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido pela oposição

a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspare que, pela ausência, lhe qualifica. Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado por tal noção (MORAES, 2003, p. 3).

Por esta razão, a historicidade da concepção do território brasileiro demonstra o protagonismo da espacialidade do que viria ser o imaginário edênico, embebido no mito fundacional, para a composição da referência sgnica nacional do país. E mais do que esta herança histórica, identitária e cultural do conceito de sertão, temos, concreta e abstratamente, a fenomenicidade geográfica em clara eclosão no que diz respeito ao termo em si:

Quando se identifica esse fundamento geográfico, quando é claro a fenomenicidade geográfica, a ciência geográfica os nomeia de forma diversa. Receberam ao longo da história da disciplina um conjunto de designações, são elas: “fatores geográficos”, “fatos geográficos”, “elementos geográficos”, “aspectos geográficos”, “causas geográficas”, ou, simplesmente, “o geográfico”. Podemos somar a isso “determinação geográfica”, ou então falarmos diretamente da “Geografia” da realidade. Ou seja, quando estamos, por exemplo, identificando “elementos geográficos” ou então “determinações geográficas”, com isso não estamos apontando para a ciência e sim para a realidade (MARTINS, 2007, p. 38).

As diversas localizações da Ilha Brasil, como sendo um possível reduto da utopia edênica da Bíblia encontraram o seu ponto definitivo, tanto de concretude como de simbolismo, nas atuais fronteiras brasileiras. Coincidentemente a ocupação do território brasileiro acabou por acontecer em “ilhas” populacionais, fator este fundamental para os rumos das intervenções econômicas ao longo dos períodos colonial e imperial:

Por causa da não-integração econômica do seu território, o Brasil apareceu muito tempo como um território insular. Mesmo quando os mapas já haviam, de muito, registrado os contornos continentais da América portuguesa, algumas chancelarias se seiscentistas da Europa ainda se referiam à colônia como se fora uma ilha. *Ile Brésil*, Ilha Brasil, tal é o nome dado ao domínio lusitano na América num documento apresentado em 1659 por diplomatas franceses que negociavam, em Paris e noutras capitais europeias, as relações internacionais após a Guerra dos Trinta Anos (ALENCASTRO, 1998, p. 196).

A expansão das fronteiras pelos sertões, e também pelos mares, caminhou lado a lado com a porção mítica que impulsionava o imaginário social europeu trazido para as Américas, e, principalmente, pelo desenvolvimento técnico e científico, de fundamental

importância para o desbravamento destas espacialidades desconhecidas e alimentadas pelo imaginário edênico – já objetificado e funcionalizado economicamente –, mas impulsionadas pelo grande interesse econômico presente no poderio econômico de sua imensurável extensão espacial:

Portanto, assim como nos primórdios dos Descobrimentos a expansão das fronteiras marítimas e geográficas do Novo Mundo significou o alargamento das fronteiras técnicas e científicas do saber europeu; nos séculos seguintes, o adentramento dos sertões americanos e, seguindo-se a este movimento, a busca de delimitação das bordas territoriais entre as colônias ibéricas atualizaram um novo tipo de encontro, de troca, de assimilação. Processo este que resultou na construção de novas fronteiras, físicas, políticas, econômicas e culturais (BICALHO, 1999, p. 84).

A transformação das fronteiras brasileiras, após os dois séculos de união das coroas espanhola e portuguesa, vem no sentido de comprovar a assertiva da importância da questão destes limites espaciais atreladas a ideia de sertão. O território brasileiro, com o acréscimo dos sertões ocupados principalmente pelas bandeiras, praticamente dobrou em extensão, o que apenas evidencia o grande interesse dos reis portugueses em manter e aumentar suas posses, até porque neste período, meados do século XVII, a extração de ouro e diamante já estava a pleno vapor no atual estado de Minas Gerais – o eco original do edenismo advindo do versículo 11 do Gênesis contribuía para o reforço paradisíaco neste período da historiografia colonial do país.

Retomando a receptividade mítica maior na porção espanhola americana a respeito do Eldorado, Holanda (2010) busca nos antigos reinos hispânicos o que viria a se tornar o *frisson* imaginário do Éden terreno, neste caso com suas riquezas em metais preciosos sobressaltando-se às belezas naturais. Para o historiador brasileiro temos as idealidades edênicas nas crônicas dos espanhóis, que mais tarde encontrariam eco de materialização a oeste do continente americano:

Nas terras ibéricas, a persistência, através das mudanças a que cedo se sujeitaria, principalmente em Castela com o Cardeal Cisneros, a própria mentalidade e organização eclesiásticas, de formas de piedade oriundas da Idade Média e, ao mesmo tempo, o apego ao ideal de Cavalaria, tendiam a esbater os confins entre a realidade e a idealidade, entre o normal e o milagroso e tudo isso militava em favor daquela sedução. O esquema fixo das paisagens edênicas pode alcançar ali, desse modo, um poder de fascinação que saberá resistir ao tempo e impor-se a todos os espíritos. No *siglode oro* espanhol ele pode apresentar-se, ainda com a vivacidade inicial, na obra ascética e mística de Malon de Chaide, por exemplo, ao descrever uma visão de sua Madalena. De início, é quase nos termos do Apocalipse

de São João que se apresenta ao seu arrebatamento a cidade bem-aventurada. Os cimentos são de todas as pedras preciosas, jaspe, safiras, calcedônias, esmeraldas, jacintos, topázios. Nos muros, resplandecentes como o Sol, que se não deixam ver por olhos humanos, abrem-se doze portas, e cada qual é uma pedra preciosa. Torres e almenas surgem cobertas de cristal, com laços de ouro puríssimo onde se engastam esmeraldas e rubis, tudo retocado da luz e resplendor do verdadeiro Sol que ali resplandece. O solo, ruas e praças são de ouro limpo (HOLANDA, 2010, p. 189-190).

Para que o movimento de oeste para leste, em relação a busca do ouro se transferisse da meta castelhana para a lusa nas Américas foi apenas questão de tempo, mais precisamente de 1500 ao final dos anos de 1600, nas terras brasileiras, mas aqui o sentido das expedições se inverteu do litoral oriental para os interiores ocidentais.

O interesse e intencionalidade mercadológicos, comerciais, reinóis e territoriais da exploração aurífera é reforçado por Ana Araújo (2001) ao tecer duras críticas ao que chama de “canonização da ganância” a qual obteve sua maior expressão na corrida pelo ouro, na América espanhola de imediato, e na porção portuguesa após dois séculos de colonização:

Uma outra ideia fixa reforçava a convicção da proximidade do horto deleitoso: a redescoberta das velhas minas do rei Salomão, lendariamente situadas a oriente da Índia, e que Colombo pensava encontrar na costa de ver água. Só na sua imaginação esse magnífico filão de couro reluzia. Mas como o frenesim da riqueza era intenso, o seu prodigioso espírito mais uma vez descreve o que não vê: “el oro es excelentissimo; dei oro se hace tesoro, y con él, quien lo tiene, hace quanto quiere en el mundo, y llega a que echa las animas ai Paraiso”. Neste apelo à salvação condensa o fim glorioso da sua missão e a vocação evangelizadora do vasto império que então despertava. A “canonização da ganância”, submetida ao piedoso impulso da salvação das almas, ainda assim deixa adivinhar a importância que a cobiça do ouro e de outros metais preciosos desempenhou na empresa dos descobrimentos oceânicos (ARAÚJO, 2001, p. 179).

A ocupação, povoamento e exploração dos recursos naturais do Brasil formam esta ambição, a canonização da ganância, sobre o Paraíso Terreal. Araújo (2001) ainda coloca uma contribuição muitíssimo cara à composição da análise proposta por este trabalho, pois a autora reforça o caráter imaginário, ideológico e propagandístico dos elementos da natureza emulada como Éden, e encontrado nas Américas. Estes fatores e aspectos são encontrados tanto nos documentos, relatos e literatura de exposição das faces do sagrado e da profanidade da colonização, conforme exposto anteriormente. Desta maneira, segundo a autora, a respeito destas características coloca que:

Trave mestra no longo e incessante processo de idealização da natureza que se inicia nos alvares do século XVI, o sonho paradisíaco, não podia deixar de ter efeitos propagandísticos. O povoamento em massa do Brasil é, subsidiariamente, caucionado pelo optimismo existencial, digamos assim, subjacente a esta pródiga visão da vida que a terá abençoada por Deus proporcionava. A matriz mítica da colonização começava, portanto, por plantar o sonho em terra firme antes mesmo de o viver como pesadelo, contradição que transparece, com toda evidencia, em relatos e obras de missão posteriores e em boa parte da literatura colonial brasileira (ARAÚJO, 2001, p. 182).

Portanto, a economia política dos descobrimentos, domínio, colonização e exploração das riquezas do Brasil por parte da coroa portuguesa, não fica muito distante do que se observou na porção oeste da América do Sul, nas colônias espanholas, ou seja, o controle, a violência e o monopólio econômico (ALENCASTRO, 1998). Havia, desta maneira, uma visão estratégia envolvendo o Estado e a intencionalidade técnica e comercial do mercado, no que dizia respeito à exploração dos interiores territoriais das novas terras encontradas além-mar:

Dos dois lados do Atlântico, os caminhos do sertão, fossem eles terrestres ou fluviais, eram buscados e percorridos por homens que se pautavam por essa geografia imaginária, a qual cada vez mais dava passo a um maior conhecimento empírico do terreno. Nesse processo não faltava a visão estratégica, como no caso do “caminho do Brasil”, em terras americanas, e no “caminho da costa à contracosta”, em terras de África. O moto e a razão principal, entretanto, eram a busca de riquezas, ou a garantia da sobrevivência. Foi assim que se foi conformando, aos poucos, a expansão territorial e a conquista dos sertões, com sucesso muito maior na América do que na África Portuguesa, em um contexto de interdependência entre a iniciativa oficial e a privada (RÊGO, 2006, p. 49).

O mito objetificado, explorado até o limite em suas riquezas no paraíso terreno, foi e ainda é um campo de ampla possibilidade de estudos, como a proposta do papel da Geografia na interpretação, representação e uso desta grande complexidade histórica e geográfica do edenismo brasileiro. Especificamente no caso da ideia de sertão, e suas relações com a cultura, a política e a economia, observa-se como a dualidade entre as visões do desenvolvimento técnico, apoiado na égide a urbanidade, em contrapartida à imagem secular do campo em anacronismo social permanece, ainda, em muitas das interpretações e representações do sertão, justamente por trazer consigo o indefinido fronteiro, mais que material, algo mais profundo no arcabouço simbólico da sociedade:

No campo, as formas são, aparentemente, menos heterogêneas e, nas porções não atingidas diretamente pelo trabalho, a diversidade de formas, curvaturas, concavidades, cores, luzes, sombras, funções é dada apenas pela natureza e pelo olhar de quem as contempla. Não se deseja, com isso, admitir a existência de limites precisos entre cidade e campo. Na contemporaneidade, são ainda mais ampliadas as zonas de fronteiras entre esses dois mundos. Quer seja no âmbito dos processos socioeconômicos, quer seja no âmbito das próprias marcas transportadas para a paisagem, cidade e campo se atravessam. Entretanto, há superfícies de cobertura suficientemente nítidas, no nível da paisagem, para que se possa refletir sobre o caráter da diversidade das formas que constituem os dois mundos: o do campo, o da cidade (MELO, 2006, p. 63-64).

O sertão carrega consigo esta dualidade entre o imenso e íntimo, a escala máxima das fronteiras ainda por serem compreendidas em sua magnitude com as camadas interiores dos sujeitos que habitam e significam o espaço geográfico: “Para além da imagem da segregação, forjada pelos limites contidos na fronteira” Mas, Melo (2006) ainda ressalta que: “[...] entretanto, a fronteira pode fornecer uma outra imagem: pequeno espaço forjado num mundo que também pode ser interpretado como contíguo, a fronteira é feita de um tecido intersticial e, conseqüentemente, da mistura daquilo que, apenas aparentemente, é heterogêneo.” (MELO, 2006, p. 37). O sertão é o misto e o uno, ao mesmo tempo, por ser e estar em toda parte, e abarcar em si, o escasso e farto, de recursos e referências, ao que dele é pensado, explorado e habitado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem como principal objetivo uma apresentação à temática do sertão, tanto para estudos geográficos como para outras áreas imediatamente ligadas à estes esforços teóricos ou correlatas ao mesmo. Por se tratar de um conceito amplo, de grande amplitude histórica e geográfica (neste segundo caso, diríamos até em proporção imensurável, conceitualmente), a ideia de sertão mostra-se tanto profícua quanto complexa, à medida que nela nos aprofundamos.

Novos estudos estão sendo desenvolvidos, como revisão e revisitações históricas e conceituais sobre o sertão, como também numa reabertura do uso do conceito em novas frentes de pesquisa, nas diferentes áreas às quais o mesmo possui proximidade e infiltração epistemológica (MELO, 2006; 2011; FERREIRA, 2008; MARINHO, 2010; BORGES, 2016). O desafio posto é o de dar continuidade a estes esforços, contribuindo com adições, aperfeiçoamentos, contestações e novas aplicações teóricas e metodológicas do conceito de sertão, para além dos estudos e escopo da ciência geográfica.

Por fim, se a paisagem secular do paraíso terreal abarcava em si os limites naturais ambicionados pela racionalidade técnica, na outra vertente o espaço geográfico americano em geral e brasileiro em particular, transbordou em complexidade e amplitude este embate entre as ações e práticas do Estado e mercado para com a espacialidade continental recém-descoberta. Ao longo dos séculos, a relação do indivíduo com esta pujança da complexidade espacial dos interiores territoriais do Brasil ganhou novas interpretações e significações, fazendo com que a ideia de sertão ascende-se seus horizontes culturais e teóricos na mesma proporção de sua indefinição e magnitude de fronteiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. de. **Capítulos de História Colonial**. 1. edição: 1907. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCASTRO, L. F. de. A Economia Política dos Descobrimentos Portugueses. In: NOVAES A. (Org.). In: **A Descoberta do Homem e do Mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-208.

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, p. 145-151, 1995.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra Sertão: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). In: **Ciência Geográfica**, v. XV, p. 84-87, 2011.

ARAÚJO, A. C. Maravilhoso Mundo Reencontrado na América Portuguesa. In: RAMOS, L. A. de O.; RIBEIRO, J. M.; POLÓNIA A. (Org.). **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. 1. ed. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2001, v. 2, p. 169-182.

BICALHO, M. F. Baptista. Sertão de Estrelas. A Delimitação das Latitudes e das Fronteiras na América Portuguesa. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, p. 73-85, 1999.

BORGES, J. C. P. **Fazenda-Roça Goiana**: matriz espacial do território e do sertanejo goiano. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Cia da Letras, 1992.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta**. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>, Acesso em 18 abr. 2012.

CASTRO, I. E. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: **Explorações Geográficas** (Org.) CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155 – 196.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FERREIRA, E. O. **Entre vazantes, caatingas e serras**: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

GRECO, R. O Sertanejo no Sertão-Mundo. In: **Baleia na Rede** – estudos em arte e sociedade. v. 1, n. 6, Ano VI, dez./2009.

HOLANDA, S. B. de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARINHO, S. C. **Um homem, um lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 2010.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, A. F. de; MELO, A. **O Lugar-Sertão**: grafias e rasuras. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte UFMG, 2006.

MELO, A. F. de; MELO, A. **Sertões do Mundo**: uma epistemologia. Tese de Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, UFMG, 2011.

MORAES, A. C. R. de. O Sertão, um “outro” geográfico. In: **Terra Brasilis (Nova Série)**. Vol. 4-5. 2003. p. 1-8.

PIZARRO, F. a S. M. Refiriendo la llegada de Pedro de Alvarado a su Gobernación de Quito y todo lo acaecido con Don Diego de Alvarado en aquella provincia. Pachacama, 1 de Enero de 1535. In: **Cartas del Marqués Don Francisco Pizarro**. ICAZA, F. A. de. [Org.] Alcántara, 77 (2013): p. 71-92.

REGO, H. O sertão e a Geografia. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Nº 63, abr. 2016, p. 42-66.

VASCONCELOS, S. G. Migrantes dos espaços (sertão, memória e nação). In: **Revista do Centro de Estudos Portugueses** (UFMG), Belo Horizonte, v. 22, n.30, p. 67-82, 2002.
